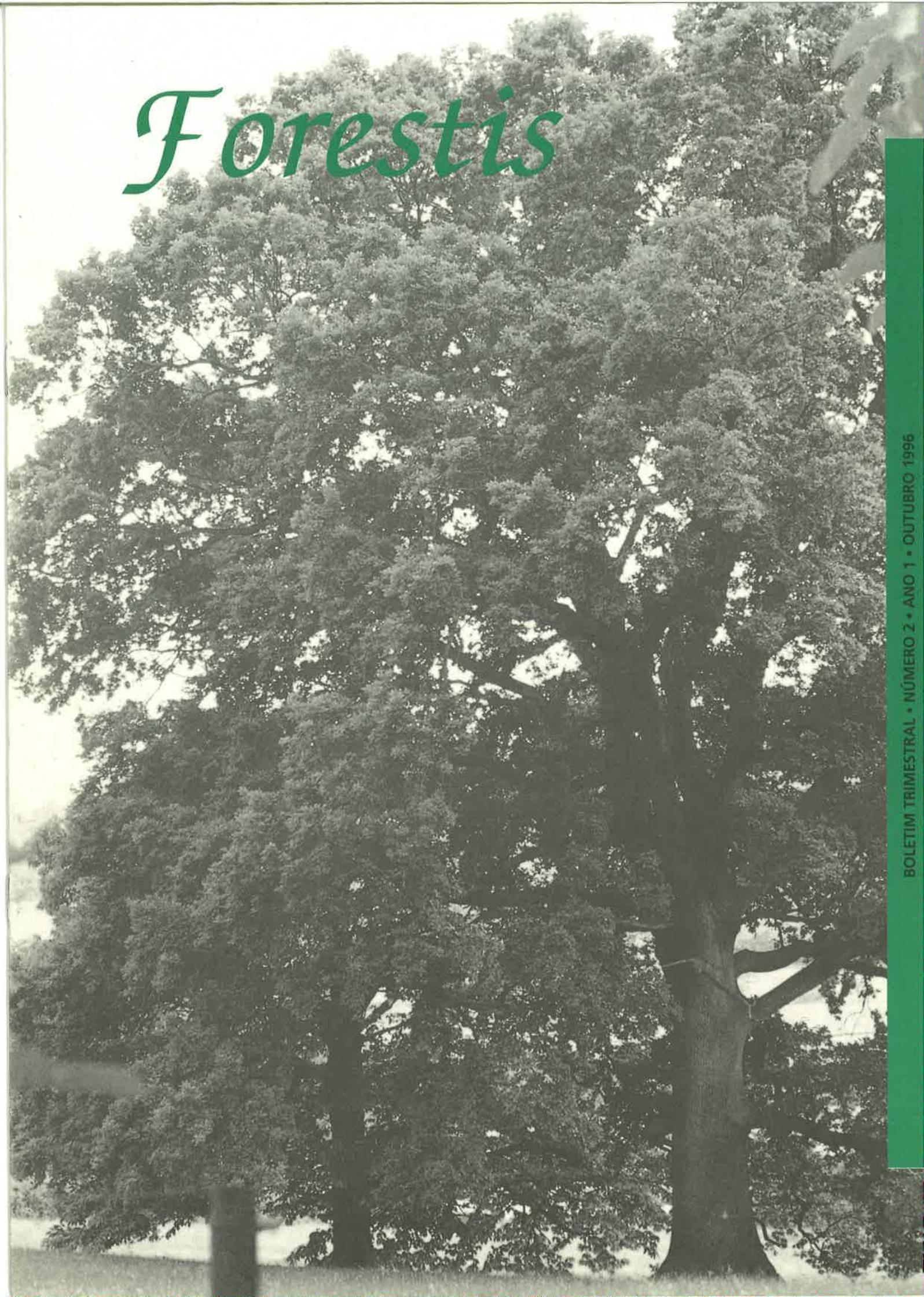


Forestis



BOLETIM TRIMESTRAL • NÚMERO 2 • ANO 1 • OUTUBRO 1996

LEVANTAMENTOS-COM GPS

Como é do conhecimento dos associados a *Forestis* procede ao levantamento de áreas através dum Sistema de Posicionamento Global (GPS). Esta actividade está a revelar-se um sucesso, com bastantes trabalhos já realizados. Esta facilidade proporcionada pela *Forestis* permite que os proprietários venham a possuir uma cartografia actualizada dos seus terrenos.

A importância de que se reveste a existência desta cartografia para o proprietário é bastante evidente, pois não só serve de referência para possíveis intervenções florestais como facilita o acesso às propriedades por parte dos bombeiros, permite a actualização do cadastro das propriedades, a cartografia dos caminhos, faculta a real dimensão das propriedades, localização de pontos de água e instalações e todas as outras vantagens que uma cartografia actualizada garante.

Qualquer informação mais pormenorizada pode ser conseguida contactando a sede da *Forestis* ou as Associações Locais.



SUMÁRIO

Editorial	3
Série Economia Florestal	4
Vida da <i>Forestis</i>	5
Vida das Associações Florestais Locais	8
Fichas técnicas	10

FICHA TÉCNICA

BOLETIM TRIMESTRAL DA *Forestis* – ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DO NORTE E CENTRO DE PORTUGAL
Nº 2

EDITADO POR: *Forestis* – AFNCP;

CENTRO DE CITOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO, RUA DO CAMPO ALEGRE, 823, 4150 PORTO
TELF: 02 6006129 • FAX: 02 6090156

PRODUÇÃO: MEDIANA, SOCIEDADE GESTORA DE IMAGEM E COMUNICAÇÃO, SA.

NESTE NÚMERO COLABORARAM: ROSÁRIO ALVES; ZULMIRA CAMPELO; ALEXANDRE CÔRTE-REAL;
MIGUEL COSTA; SÓNIA FERREIRA; MANUEL GUARDÃO; SÉRGIO MARABUTO; AMÉRICO MENDES;
HELENA RAMOS; J. MOREIRA DA SILVA; ALEXANDRE SOUSA.

EDITORIAL

GESTÃO CONJUNTA

Entre a nova terminologia dos decretos, portarias e regulamentos sobre a floresta portuguesa e até nos meus escritos, começa a notar-se, com frequência, a expressão **gestão conjunta** das propriedades florestais como um meio de conseguir melhores incentivos nas ajudas, uma maior produção em quantidade e qualidade, uma certificação adequada dos produtos para atingir os melhores preços, e alcançar uma área que permita aos produtores capacidade e força de diálogo com os parceiros da fileira florestal dos sectores industrial e dos serviços – os do secundário e terciário respectivamente. Parece-nos oportuno que esta expressão deixe de ter o simples significado de uma boa intenção e passe a ser um objectivo bem esclarecido e concreto para que os produtores e proprietários florestais tenham em vista a sua realização em curto espaço de tempo.

A partir dos fins da década de 60 as grandes empresas de celulose instaladas no nosso país começaram a investir no sector primário – o da produção – comprando ou alugando e juntando parcelas do espaço florestal, pertencentes a muitas centenas de proprietários, através de contratos de aquisição ou de arrendamento que lhes permitiram, numa **gestão conjunta**, diminuir os seus custos, aumentar os rendimentos médios anuais e abastecer-se de matéria-prima própria nas alturas em que as economias de mercado ou as disponibilidades de material lenhoso lhes eram mais desfavoráveis.

Podemos por isso afirmar que a **gestão conjunta**, para além de não ser uma novidade no nosso país, apesar de nunca ter sido assumida como tal, não leva a qualquer alienação do direito de propriedade, mas a simples aplicação de regras que viabilizem um rendimento anual (ou plurianual) certo, justo e muito superior ao que até então usufruíam.

A **gestão conjunta** é prática corrente, e algumas vezes obrigatória, em muitos países da Europa ocidental, a partir do Norte de França até aos países escandinavos.

Mas neste tipo de gestão, levado a cabo pelo sector secundário industrial (e nem só as celulosas mais consumidoras de eucalipto estão interessadas, mas também as indústrias de pinho), o produtor florestal não tem riscos mas também não tem voz activa nem beneficia dos lucros dessa gestão. Será ainda importante salientar que, muitas vezes, os contratos foram influenciados por questões externas às classes de qualidade dos terrenos alugados, e naturalmente os maiores proprietários, os menos necessitados ou os mais influentes social e politicamente no meio eram os mais beneficiados.

Nessa **gestão conjunta**, ou seja, na aglutinação de uma miríade de parcelas pertencentes a vários proprietários de forma a ser considerada para efeitos técnicos como uma propriedade única, são necessários alguns pressupostos para que o associativismo possa, numa base de confiança, ser uma alavanca fundamental que permita ultrapassar as dificuldades que aqueles acarretam.

Na avaliação de cada parcela, e necessariamente no cálculo do valor que cada proprietário terá na distribuição dos rendimentos líquidos dessa **gestão conjunta**, terá que haver três partes distintas que eu distribuiria em dois itens, como base de discussão: as duas primeiras diriam respeito à área em projecção horizontal e à ponderação da classe de qualidade média de cada parcela e constituiriam aquilo que poderia ser considerado como capital accionista (capital terra) numa sociedade de gestão; a terceira seria o valor líquido em expectativa do material lenhoso em pé, que poderia ser amortizável, como capital obrigacionista ao longo dos anos.

Quando lemos com alguma atenção na «bíblia» que deverá constituir a lei de bases da política florestal alguns dos princípios gerais e orientadores e os objectivos e medidas da política florestal, temos dúvidas em que elas se alcancem sem implementação da **gestão conjunta** e sem uma análise profunda dos seus problemas, da discussão alargada dos pressupostos que a informam e sem uma participação activa do estado com medidas fiscais estimulantes (ou coercivas) e investimentos a juros bonificados ou/e a fundo perdido, para que os produtores possam ser, por eles ou pelos seus legítimos representantes, gestores dos seus próprios bens e cumprir, com o auxílio de todos nós, proprietários ou não, o princípio geral expresso nas alíneas a) e c) do nº 1 do artigo 2º e nº 2 do mesmo artigo que rezam assim:

«A Floresta, pela sua diversidade e natureza dos bens e serviços que proporciona, é reconhecida como um recurso natural renovável, essencial à manutenção de todas as formas de vida, cabendo a todos os cidadãos a responsabilidade de a conservar e proteger»; «os detentores de áreas florestais são responsáveis pela execução de práticas de silvicultura e gestão, de acordo com normas reguladoras da fruição dos recursos da floresta», e ainda «a exploração, conservação, reconversão e expansão da floresta são de interesses públicos, sem prejuízo do regime jurídico da propriedade».

A tarefa é grandiosa, aliciante, mas muito difícil. Mãos à obra ...



SÉRIE: ECONOMIA FLORESTAL

Em 1993 a silvicultura e as indústrias silvícolas representavam 3,4% do PIB a preços de mercado. Comparando com os nossos parceiros da União Europeia, só na Finlândia e na Suécia é que o sector florestal tem um peso no PIB superior ao nosso, sendo de 7% na Finlândia e de 4% na Suécia.

SUBSECTORES	(milhares de contos) V.A.B.
Silvicultura e caça	105 612
Fabricação de armas de fogo e seus acessórios	1 794
Serração	27 626
Carpintaria, parqueteria, preservação de madeira e embalagem de madeira	19 370
Fabricação de folheados e contraplacados	1 867
Fabricação de aglomerados	7 541
Fabricação de mobiliário de madeira	86 239
Artesanato da madeira, da cortiça e do vime	488
Fabricação de máquinas para trabalhar madeira	5 180
Fabricação de artigos de cortiça	38 294
Fabricação de pasta de papel	24 284
Fabricação de papel e cartão	19 363
Fabricação de embalagens de papel e cartão	12 176
Transformação simples do papel e cartão	1 337
Fabricação de artigos de pasta para papel, de papel e de cartão	1 924
Impressão	54 649
Edição de publicações	36 680
Acabamento, encadernação e trabalhos de artes gráficas	15 249
Fabricação de resinosos e seus derivados	5 596
Fabricação e reparação de embarcações não metálicas	941
TOTAL DA SILVICULTURA E INDUSTRIAS SILVÍCOLAS	466 210
P.I.B. p.m.	13 674 983
V.A.B. da silvicultura e das indústrias silvícolas em % do P.I.B.	3.41

Estimativa do V.A.B. da Silvicultura e Indústrias Silvícolas do Continente a preços de mercado de 1993

Para se poder avaliar melhor o peso relativo do sector florestal no PIB, eis o seu confronto com os Valores Acrescentados Brutos (VAB) em 1993 para outras actividades económicas importantes na economia portuguesa:

– agricultura e indústrias agroalimentares	540 879 000 contos
– silvicultura e indústrias silvícolas	466 210 000 contos
– indústrias têxteis e do vestuário	419 698 000 contos

Dr. Américo Mendes

(Texto baseado nos dados recolhidos para o CESE – Conselho para a cooperação Ensino Superior – Empresa no âmbito do trabalho sobre “O Sector Florestal Português”)

VIDA DA *Forestis*

Visita à FOREXPO'96 em Soustons (Dax), França

A *Forestis*, dando continuidade ao trabalho que tem vindo a desenvolver no âmbito da formação e sensibilização dos agricultores para a problemática florestal, promoveu mais uma vez a deslocação de uma delegação de proprietários e técnicos florestais portugueses à FOREXPO, manifestação considerada de grande interesse técnico por todos os agentes ligados à temática silvícola, dada a ausência de um certame do género em Portugal.

O grupo era constituído por proprietários florestais, sócios e corpos directivos de Associações Florestais locais, técnicos de vários serviços oficiais e representantes de baldios, num total de 51 participantes.

Esta viagem visou a aquisição e actualização de conhecimentos sobre técnicas de exploração, evolução dos equipamentos florestais e novas tecnologias adaptadas ao sector e o estabelecimento de contactos com Associações, Federações e outras Instituições ligadas à actividade florestal.

Pretendeu-se dar a conhecer aos participantes Associações com mais tempo de actividade e sistemas de funcionamento diferentes e promover a troca de experiências e informação entre os membros da delegação portuguesa e os expositores, técnicos e agricultores franceses.

Foram visitados povoamentos florestais localizados na área de intervenção da Associação de Navarra, onde nos foi mostrado o funcionamento do sistema de prevenção de fogos local, que se baseia em brigadas locais de actividade bastante eficaz, pois os membros que as constituem conhecem perfeitamente o terreno em que intervêm e recebem treino regular. Pudemos também constatar a adaptabilidade deste sistema à realidade portuguesa, ideia defendida, há já algum tempo, por vários técnicos portugueses.

A visita à feira, propriamente dita e a assistência

aos programas alternativos interessaram muito os participantes, dado que se falou dos métodos praticados ao nível da silvicultura e ordenamento de espécies (Pinheiro e Carvalho) com um peso muito significativo na floresta portuguesa.

Na visita subordinada ao tema «Sistema agroflorestal no País-Basco», organizada pela Maison d'Aquitaine, foi-nos dado observar um campo de estudo da resistência do castanheiro à doença da tinta, elaborado ao abrigo do programa Compostela-Floresta, bem como duas estações localizadas na floresta comunal d'Ostabat, geridas pelo l'Office National des Forêts, em que ficamos a conhecer a adaptação de várias espécies ao local.

Foi também muito interessante ver in loco a influência das protecções (tube-abri) no crescimento do carvalho. Este tipo de protecção só agora começa a ser usado em Portugal, por isso, foi muito proveitoso o contacto com uma experiência que já tem 4 anos de vida.

Visitou-se ainda o Parque Natural «Los Picos de Europa», sendo a última visita desta viagem a um campo de ensaio da Associação Florestal das Astúrias, em que se está a estudar o tipo de eucalipto que melhor se adapta à zona. O campo experimental encontra-se dividido em vários mosaicos com diferentes espécies do género *Eucalyptus*, de entre as quais se tem destacado a espécie *nitens* pela sua capacidade de resistência à geadas. Simultaneamente, testase o controlo de infestantes recorrendo à silvopastorícia sob coberto, que se tem mostrado, até ao momento, bastante eficaz.

Pela nossa parte ficamos com o sentimento de que contribuimos para a aproximação de produtores, técnicos e demais agentes, ao mesmo tempo que lhes proporcionamos o contacto com realidades e modos diferentes de encarar a silvicultura.

Reuniões com os técnicos das Associações Florestais Locais

Dentro de várias tarefas desenvolvidas por este movimento associativo, reuniram-se no passado dia 15 de Julho os técnicos da *Forestis* e das associações locais, efectuando assim a ponte de ligação entre associações, permitindo que os técnicos consigam resolver os seus problemas, uniformizando critérios e perspectivando formas de actuação junto de entidades ligadas ao sector florestal. Esta reunião vai ser repetida periodicamente na primeira 5ª feira de cada mês.



A *Forestis*, como entidade promotora, e as associações locais de Basto e Vale do Sousa, realizaram durante o mês de Julho acções de formação para os proprietários florestais

Acções de formação

«Associativismo, gestão e defesa florestal»

Estas acções de formação decorreram simultaneamente na sede da Associação Florestal de Basto (Arco de Baúlhe – Cabeceiras de Basto) e na Quinta da Aveleda (Penafiel) respectivamente.

Cada curso teve uma duração de 84 horas (12 dias) repartidas em dois módulos:

- Aspectos sócio-económicos da Floresta.
- Gestão e Defesa Florestal.

Estes módulos foram leccionados por especialistas que conseguiram transmitir as suas experiências aos proprietários, sócios de ambas as associações.

O resultado destas acções foi bastante positivo, permitindo aos proprietários não só apreender as matérias leccionadas, mas também uma troca de experiências entre eles, tornando-se mais unidos contra os problemas da floresta portuguesa, reforçando assim o espírito associativo.

Fica aqui o relato de dois formandos que participaram nestas acções de formação.

Eng.^o Alexandre Côte-Real

Sócio da Associação Florestal do Vale do Sousa:

Em boa hora me inscrevi para participar nas jornadas florestais que a *Forestis* organizou por intermédio da Associação Florestal do Vale do Sousa, com preleções e visitas de estudo. Simultaneamente também a Associação Florestal de Basto levou a cabo igual iniciativa para os seus associados.

As do Vale do Sousa tiveram lugar, quanto às palestras, no ambiente acolhedor da Quinta da Aveleda, Penafiel, num confortável auditório dotado dos mais modernos meios audiovisuais.

Objectivos destas jornadas? Fazer com que os proprietários de florestas de qualquer dimensão encarem a sua floresta numa forma mais racional e, conseqüentemente, mais rentável. Na realidade, como é que muitos daqueles proprietários, em cujo grupo eu me incluía, viam a sua floresta? Uns hectares de terreno que não servia para produzir milho, batatas, vinho, etc. e que se deixava entregue à natureza para espontaneamente aí nascerem e crescerem árvores, sobretudo pinheiro e eucalipto nesta região, e mato quando se criava gado. Assim se formava uma reserva de capital a que ocasionalmente se recorria quando havia uma necessidade de dinheiro extraordinária – uma doença grave, obras importantes na casa, o casamento duma filha...

Mas há uma outra maneira de aproveitar a floresta e esta acção de formação alertou-nos para isso: a floresta deve ser um capital capaz de produzir um rendimento periódico como qualquer outra actividade agrícola. Para tal há que organizá-la escolhendo as plantas adequadas à terra, fazendo as plantações segundo regras já suficientemente estabelecidas para as diversas espécies de árvores e qualidades de

terreno, defendendo-a de pragas, doenças e calamidades naturais ou provocadas, das quais a mais devastadora é o incêndio, flagelo que anualmente no Verão destrói no nosso País riqueza de centenas de milhares de contos!

Desde que racionalmente explorada, o proprietário pode obter anualmente um rendimento pelo abate criterioso de algumas das árvores da sua floresta, mantendo-a permanentemente pujante.

Quero referir aqui um ponto particularmente importante focado nestas jornadas: a necessidade premente dos proprietários se associarem para a defesa dos seus interesses e dos seus direitos. Nós, os Portugueses, somos geralmente avessos ao associativismo. Encerrados no casulo do nosso individualismo, encaramos a associação com reserva de espírito, sempre desconfiados de que nos é pedido mais do que nos é proporcionado! Há que combater esta mentalidade e isso acontecerá quando o proprietário reconhecer que recebe da sua Associação benefícios que, isolado, só dificilmente obteria e a preço bastante superior.

No caso que estamos a tratar -a floresta – a generalização das Associações Florestais a todo o território nacional, abrangendo cada uma um grande número de proprietário florestais – todos! – dará sem dúvida a este movimento associativo um peso político capaz de influir eficazmente nas decisões governativas que interessam a floresta. Vem a propósito repetir aqui o apelo feito pelo director da nossa associação, Eng.^o António Cabral Machado, numa das últimas sessões das jornadas em apreço: que cada sócio se esforce por conseguir pelo menos mais um associado até ao fim deste ano! (Foi algo decepcionante que nestas jornadas tivessem participado somente cerca de quinze proprietários! Há certamente muitos mais na zona do Vale do Sousa que teriam participado com gosto e proveito. Mas isso deve-se também ao pouco ou nenhum conhecimento público da existência destas associações, seus objectivos e vantagens).

Duas palavras, para terminar, sobre a realização prática do curso, a respeito das lições teóricas e visitas de estudo (como acima foi dito, as palestras tiveram lugar no auditório da Quinta da Aveleda, gentilmente cedido pelos seus proprietários, instalado em magnífico edifício enquadrado numa floresta ornamental paradisíaca!). Os monitores foram de inextinguível simpatia e cativaram a atenção dos participantes – até mesmo na hora ingrata a seguir ao almoço! – pela maneira sistematizada e objectiva como apresentavam as matérias a aprender, com recurso da projecção de diapositivos e video-gravação, em geral de boa qualidade. Foi também distribuída ampla e variada documentação técnica. Há, no entanto pequenos pormenores a melhorar em futuras realizações deste género.

As visitas de estudo tiveram também muito interesse. Na Galiza – onde fomos recebidos pelos Espanhóis com a sua habitual galhardia – visitámos as Associações Florestais de Pontevedra e Santiago de Compostela e pudemos apreciar o estado adiantado em que se encontra o tratamento da floresta naquela região. Um aspecto que me impressionou particularmente foi a defesa contra incêndios: sapadores florestais com equipamento mecânico adequado, distribuição de reservatórios de água pela floresta e outros. Em Portugal visitámos em Cete a quinta da família Pinto Basto, onde um dos proprietários – também participante nestas jornadas –, Miguel Avides Moreira, nos mostrou o resultado bem conseguido da conversão de campos de cultura agrícola em floresta de carvalho americano e nogueira. Em Lagares (Penafiel) vimos a concretização prática de um agrupamento de proprietários: num monte possuído por diversos proprietários, este juntaram-se sob a direcção da Associação e realizaram uma reflorestação em comum segundo as boas regras da técnica florestal. No Marco de Canavezes fomos fidalgamente recebidos pelo Sr. Arq^o Manuel Furtado Mendonça – outro participante neste curso – e por sua esposa, e vimos aí uma bela floresta, sua propriedade, ordenada como mandam as normas da floresta, tendo-nos sido amavelmente oferecido por aqueles proprietários um sabroso e original almoço bem regado com excelentes vinhos verdes branco e tinto de produção da quinta visitada.

As visitas culminaram com ida à Serra do Marão. Depois de uma clara e elucidativa aula dada pelo Prof. Hermínio Botelho da UTAD foram visitadas áreas visitadas pelo calamitoso incêndio de 1985 e examinadas as replantações feitas em conformidade com as melhores técnicas silvícolas.

Estas instrutivas e agradáveis jornadas encerraram-se com um jantar de confraternização entre os participantes do Vale de Sousa e de Basto que teve lugar na Quinta do também participante Alexandre Jesus, animado por guitarradas e cantares de alguns dos convivas particularmente os jovens.

Finalmente refira-se que no grupo de participantes se estabeleceu um clima de franca e simpática camaradagem sem prejuízo das boas normas de convívio próprias dos meios civilizados.

Enfim, quatro semanas úteis... e agradáveis.

Alexandre Sousa Jesus

Sócio da Associação Florestal de Basto

Da poesia à prosa

(ou como se aprende a olhar para a floresta com outro modo de ver)

Quando se observa o território das «Terras de Basto», para quem, por exemplo, circula no sentido do Alvão para Ribeira de Pena ou para Mondim, dá conta de uma mudança que se apodera do viajante e que no sentir mais profundo provem das árvores e do caminhar no seio da floresta, da magia dos carvalhais e de todo o envolvimento que a vegetação produz no homem. O proprietário da floresta, em Basto, tem um modo de ver a floresta que sem ser retrógrado, tem muito a ver com os costumes ancestrais (em termos produtivos), e com uma certo tipo de felicidade interior que a floresta transmite ao seu dono.

A mudança que se faz sentir periodicamente no homem «económico», impõe uma viragem que sem ser profunda, implica correções e ajustamentos na forma como o proprietário florestal tem de encarar o seu património e os hectares de terra que por artes e manhas estão na sua posse. Alguns proprietários e jovens para quem a floresta pode ser de algum modo um complemento da sua actividade, frequentaram em Julho último, o curso que em boa hora a *Forestis* promoveu no Arco de Baúlhe, dentro de um propósito de melhorar os conhecimentos empíricos que alguns participantes detinham e fomentar as ideias associativas no âmbito da actividade florestal. O objectivo foi alcançado através da colaboração de investigadores, professores e profissionais (bem hajam) directamente empenhados no estudo da floresta; visitas orientadas onde se viu do bom e do mau e alguns de nós firmaram ideias sobre o que não fariam ou o que virão a fazer; cimentou-se amizade nascente e a associação é muito mais fácil quando os sócios passaram muitas horas em comum e acreditaram a pouco e pouco que «associar» é possível.

Daquilo que ficou e sem fazer uma lista contabilística, foi notório o espanto com que se foi descobrindo a importância económica e o contributo para o produto nacional que este subsector de actividade fornece. Simultaneamente e à medida que a ignorância ia sendo reduzida, fomos ficando cada vez mais conscientes do gigantismo da tarefa que se desenha à nossa frente: alterar o desenho da floresta; profissionalizar a floresta; doutrinar, convencer, impor ideias e modificar comportamentos económicos deficientes e prejudiciais não só para os proprietários mas para o próprio tecido económico da região.

Discutimos muito os fogos e os incêndios. Após curso, já entrevistamos em várias situações e transmitimos ideias alheias que absorvemos durante a fase de aprendizagem.

Na hora do olhar para a acção de formação que terminou, fica-nos uma única inquietação:

– E agora Zé? A seguir por onde vamos? Por onde começamos, se há tanto para fazer?

Alexandre Sousa: *Terras de Basto*



VIDA DAS ASSOCIAÇÕES FLORESTAIS LOCAIS

Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho

Largo dos Padrões, Bloco 4
Tel./Fax. (051)651782
4950 Monção

No dia 9 de Agosto foi realizada a primeira Assembleia Geral para a eleição dos corpos sociais desta associação. A tomada de posse foi dia 26 do mesmo mês, e tivemos a honra da presença do Sr. Eng^o Moreira da Silva e da Sr^a Eng^a Rosário Alves (em representação da *Forestis*), do representante da Câmara Municipal de Monção e da Chefe da Zona Agrária do Vale do Minho, o que nos apraz registar e agradecer.

A Comissão Instaladora promoveu reuniões com todos os Presidentes das Câmaras Municipais da sua área de intervenção que são os concelhos de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Paredes de Coura, Monção e Melgaço. Com o apoio destes foi possível reunir com a maior parte dos Presidentes das Juntas de Freguesia e com Presidentes dos Concelhos de Baldios, seguindo-se o contacto nas sedes de algumas Juntas com os proprietários florestais e Assembleias de Freguesia. Esta acção ainda está em curso pois são mais de 120 freguesias e o nosso tempo e disponibilidade não esticam.

Como resultado das reuniões o número de sócios vai aumentando e com eles as solicitações para a realização de projectos florestais, nomeadamente no âmbito do PDF e 2080.

Participámos em reuniões com associações congéneres na sede da *Forestis* e seleccionámos um técnico florestal para dar apoio à associação. Na sequência do apoio que a *Forestis* deu à iniciativa de constituição desta associação, também garantiu a remuneração do Técnico que pôs ao nosso serviço até à entrada em vigor das verbas do PRONORTE para esse fim destinadas. Sem a *Forestis* não teria sido possível avançar tão resolutamente no terreno.

Não tem sido fácil penetrar no ambiente de descrédito e incredulidade existente no seio das populações residentes, ao mesmo tempo proprietárias, utentes e beneficiárias das áreas florestais, pois sempre têm sido enganadas e colocadas à margem o que levou a que a floresta atingisse o estado caótico em que se encontra a pontos de se ter que começar quasi do zero. É certo também que o Associativismo tem pouca tradição na área florestal.

Para inverter toda esta trágica situação, são precisas medidas adequadas para pôr fim ao estado de coisas a que chegámos:

– Apoio técnico e financeiro às autarquias e às associações de classe, para proteger, reconverter, limpar, florestar e ordenar a floresta; apoio na criação de mais e melhores acessos, de embalses para o armazenamento de água e na melhoria dos já existentes; pois são os que vivem e labutam nestas áreas, que conhecem melhor o terreno, que o cuidam com mais empenho e para isso estão mais vocacionados.

– Que os projectos apresentados a concurso sejam despachados em tempo regulamentar e deles seja obrigatório dar conhecimento rápido aos concorrentes tal como estipula a lei.

– Que as madeiras aptas para abate sejam rapidamente abatidas.

– Que as áreas ardidadas sejam reflorestadas em moldes técnicos, seja na forma de povoamento, seja na escolha de espécies, e não ao livre arbítrio de quem quer que seja ou do acaso das plantas que nascem espontaneamente, quantas vezes sem qualidade nenhuma.

Se estes e outros pressupostos técnicos forem postos em prática, estou certo que faremos inverter o estado de quase calamidade em que se encontra a floresta portuguesa.

Manuel Guardão
Presidente da Direcção

Associação Florestal do Cávado

Rua Fernando Magalhães, 206

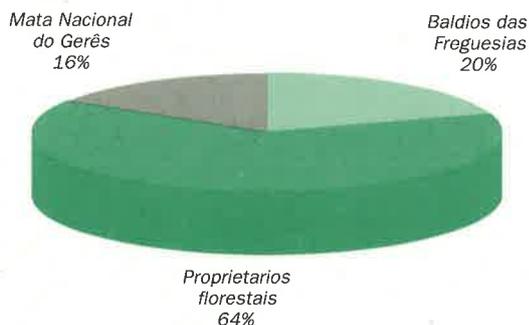
4750 Barcelos

Tel.: (053) 811065

Fax: (053) 821268

Dada a pouca competitividade da nossa agricultura, a actividade florestal apresenta-se hoje como uma alternativa credível para o desenvolvimento e modernização do Vale do Cávado: existem condições edafo-climáticas que vocacionam muitos dos solos actualmente agricultados para o aproveitamento florestal, e o desenvolvimento florestal nas explorações agrícolas vem ao encontro de um padrão cultural já existente, em que os agricultores se assumem também como silvicultores.

Segundo dados da DGF de 1989 o Vale do Cávado apresenta uma taxa de arborização de 35,8%, o que representa cerca de 44 500 ha de superfície florestal. Deste total, 7 118 ha (16%) pertencem à Mata Nacional do Gerês, 8 845 ha (20%) pertencem aos Baldios das freguesias e os restantes 64% pertencem a proprietários privados.



Em relação à estrutura fundiária pode-se referir que em 1979 o Vale do Cávado apresentava cerca de 14 600 explorações com floresta, das quais 13 930 com menos de 5 ha e apenas 150 com mais de 20 ha. A superfície florestal média por exploração com floresta, no Vale do Cávado, deverá ser superior a 1,5 ha.

Um dos maiores óbices à prática duma silvicultura moderna e competitiva nesta região é o elevado grau de fraccionamento das explorações e as dimensões da propriedade. Uma das formas de contornar este problema passa pelo agrupamento de proprietários com o objectivo de se conseguir um tamanho de exploração viável, assegurando assim a instalação de massas florestais com estruturas silvícolas adequadas.

É neste enquadramento que surge a Associação Florestal do Cávado, uma instituição sem fins lucrativos com os seguintes objectivos:

- Elaborar um plano de gestão e defesa da floresta existente ou potencial;
- Organizar os proprietários florestais - privados e baldios - e dinamizar a constituição de Agrupamentos Florestais;
- Contribuir para a formação e informação dos proprietários florestais;
- Fomentar a elaboração de projectos de florestação, beneficiação de florestas e infra-estruturas florestais nos concelhos da sua área social;
- Reforçar a cooperação interinstitucional;
- Apoiar os associados na valorização dos seus recursos florestais;
- Representar os seus associados junto da Administração Pública, de Organizações Florestais similares, bem como em negociações com outros parceiros da Fileira Florestal.

Esta associação actua em Braga, Barcelos, Esposende, Vila Verde, Amares e Terras do Bouro, sendo o apoio técnico prestado por um Eng. Florestal.

Para o ano de 1996, a Associação tem vindo a privilegiar a elaboração de projectos florestais (PDF e 2080). No entanto, outras acções têm sido levadas a cabo: a realização de levantamentos cartográficos com GPS, a colaboração na organização de cursos de formação para proprietários, contactos vários com instituições com interesse no sector florestal e acções de sensibilização junto dos proprietários.

Pretendemos sensibilizar os proprietários para a necessidade de cuidarem dos seus povoamentos, pois o abandono a que são votados tem efeitos negativos na prevenção contra os fogos e sobre o potencial produtivo.

A Associação Florestal do Cávado é a prova evidente que a conjugação de boas vontades é o melhor arranque para o desenvolvimento do associativismo florestal. Este não assenta pura e simplesmente na existência de sócios que, independentemente, se servem dos serviços que a sua Associação lhes fornece, mas dum diálogo permanente, alongado e profundo. O contacto directo possibilita o conhecimento dos anseios e perspectivas dos proprietários sobre as suas explorações florestais e a possibilidade de estabelecer planos técnicos.

Ao trabalharmos juntos para a floresta estamos a enriquecer um património comum. Colabore conosco.

Rui Miguel Mota e Costa
Técnico da Associação Florestal do Cávado



(*Quercus robur* L.)
CARVALHO ROBLE, ALVARINHO ou COMUM
Ordem *Fagales*, Família *Fagaceae*

MORFOLOGIA

Porte e Longevidade



25 m de altura, excepcionalmente 50 m. Copas amplas, tronco muito grosso e ramificado. Grande longevidade.

É um dos carvalhos de folha caduca mais importantes em Portugal, constituindo núcleos apresentando árvores isoladas de grande porte. Não tem sido muito usado para arborizar terrenos particulares pois o seu crescimento é lento. Poderá ter interesse a sua expansão pois não há no nosso país grande abundância de madeiras indígenas de qualidade.

ECOLOGIA

Área de Distribuição



Altitude



Desde o nível do mar até 1500 m de altitude.

CLIMA

Temperatura



14°C a 25°C (Julho)
16°C a 8°C (Janeiro)



Precipitação

Exigente em disponibilidade hídrica.
400 a 600mm/ano



Geadas

Sensível à geada

Luz



É uma espécie intolerante ao ensombramento.

Solo



Prefere solos profundos e bastante férteis. É pouco sensível à acidez do solo, excepto se o pH for muito baixo.

SILVICULTURA

Instalação do Povoamento



Escolher plantas seleccionadas.

Deve de ser feita a intervalos muito curtos para favorecer o crescimento em altura. Ao plantar a intervalos afastados poderá considerar-se como alternativa o uso de protecções do tipo «silvitubo».



Desbastes

Desbastes devem ser pelo baixo moderados até aos 30 anos.
 Dos 30 aos 60 anos o grau deve ser intensificado e realizarem-se desbastes de 8 em 8 ou 10 em 10 anos, pelo alto mistos ou selectivos.
 As árvores a ficar no povoamento devem ser escolhidas quando a densidade ainda é alta mas não nas primeiras idades (até cerca dos 40 anos). Estas árvores elite devem ser entre 50 a 70 por ha, distanciadas de 12 a 14 m entre si.



Alto Fuste

Se se optar pelo regime de alto-fuste devem realizar-se cortes finais sucessivos.
 Devemos ter cerca de 200 a 300 árvores/ha aos 60 anos e aos 100 anos 100 a 150 árvores /ha.
 A produção varia entre 7 m³/ha/ano para as estações de qualidade óptima (revoluções de 80 anos) e 1,5 m³/ha/ano nas de pior qualidade, sujeitas a revoluções de 200 anos.



Talhadia

Pode usar-se o regime de talhadia composta.
 As talhadias apresentam crescimentos muito superiores ao alto fuste podendo atingir 8 a 10 m³/ha/ano.
 Este carvalho rebenta bem de toija até aos 60-80 anos se exposto à luz.



Desramação

A desramação natural é eficiente e a forma do tronco melhora com a idade embora possa necessitar de podas de formação.



Sub-bosque

Devem usar-se espécies acessórias no sob-bosque, plantadas na altura da instalação do povoamento (em França usa-se a cerejeira brava, enquanto na Grã Bretanha se usa uma resinosa, por exemplo a *Picea*) podendo consoante os casos ser mantida até ao final da revolução ou ser removida em desbaste.
 Estas árvores asseguram a cobertura do solo, proporcionam o ensombramento dos carvalhos, favorecem o seu crescimento em altura e evitam a formação de ramos ao longo do tronco, podendo ainda ter interesse económico.



PRAGAS E DOENÇAS

As plantas jovens são geralmente atacadas por oídio mas de uma forma geral resistem aos ataques
 Os maiores danos a que esta espécie está sujeita devem-se às galhas causadas por insectos, que podem causar crescimento anormal dos tecidos da árvore.



UTILIZAÇÕES

A madeira, dura e com elevada resistência mecânica, é de excelente qualidade. Usa-se na construção, marcenaria, travessas, utensílios e aglomerados, sendo ainda um combustível de primeira qualidade. É também usada para folheados e tanoaria. A sua grande durabilidade natural e grande resistência tornam-na valiosa para uso em exteriores. O cerne resiste aos agentes atmosféricos, ataques de insectos e fungos entre 15 a 25 anos para madeira em contacto permanente com o solo. Quando tratada torna-se praticamente imputrescível.

SR. PROPRIETÁRIO FLORESTAL:

O prazo de entrega das candidaturas aos projectos PDF (arborização e limpeza de matas) e regulamento 2080 (conversão de terrenos agrícolas em floresta) termina no próximo dia 31 de Novembro.

Para que se possa garantir a qualidade dos projectos apresentados recomendamos que consulte a sua associação local ou a *Forestis*, caso esteja interessado em apresentar uma candidatura.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Foi já aprovada a tabela de prestação de serviços de assistência técnica. Se deseja conduzir o seu povoamento de forma adequada contacte a *Forestis*.

Visite-nos na
Feira de Desenvolvimento Rural (MANifesta)
em Tondela de 14 a 17 de Novembro de 1996

A Associação Florestal do Lima tem o prazer de o convidar a participar no

I SEMINÁRIO FLORESTAL DO LIMA
Dia 14 de Dezembro
Escola Superior Agrária de Ponte de Lima

Este evento conta com 4 temas nos quais participarão conceituados técnicos nacionais:

A Floresta Alto-Minhota
O Associativismo Florestal
A Diversidade Florestal
Os Baldios

Para mais informações contacte esta associação pelo telefone (0931) 625099



RUA DO CAMPO ALEGRE, 823, 4150 PORTO • TELF: 02 6006129 • FAX: 02 6090156

Entidades que patrocinam a *Forestis*



Instituto Florestal